



MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
GABINETE DO MINISTRO
ASSESSORIA DE ASSUNTOS PARLAMENTARES

OFÍCIO Nº 1137/2025/ASPAR/GM

Brasília, na data da assinatura.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Carlos Veras
Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Assunto: Requerimento de Informação nº 1246/2025, de autoria da Deputada Federal Daniela Reinehr.

Senhor Primeiro-Secretário,

1. Reporto-me ao Ofício 1ª Sec/RI/E/nº 161/25, de 12 de maio de 2025, o qual encaminha o Requerimento de Informação nº 1246/2025, de autoria da Deputada Federal Daniela Reinehr (PL/SC), que requer informações detalhadas acerca da situação da proposta de repactuação contratual da BR-101/SC, com especial atenção ao trecho do Morro dos Cavalos, no município de Palhoça/SC.

2. Inicialmente, cumpre esclarecer que o Governo Federal tem ampliado os recursos públicos e privados para a infraestrutura viária de Santa Catarina, o que tem viabilizado a melhoria da malha rodoviária federal do Estado (trechos em condição boa passaram de 38% em dezembro/22 para 81% em abril/25), a retomada e intensificação de obras públicas estruturantes, tais como as duplicações das BR-470 e BR-280 e a adequação da BR-163. No segmento privado, foram concluídos o Contorno de Florianópolis e o Ponto de Parada e Descanso (PPD) de Caminhoneiro de Palhoça.

3. Ressalto que a ampliação de capacidade da BR-101/SC, na região do Morro dos Cavalos, figurava no PAC2, mas não foi priorizado nos governos anteriores. Diante da crescente incidência de acidentes e eventos climáticos, a sociedade catarinense tem demandado alternativas de ampliação de capacidade viária no local.

4. Diante da problemática, em abril/25, o Ministério dos Transportes realizou nova reunião com a Bancada Catarinense e o Governo do Estado para tratar desse empreendimento. Foi informado que a solução técnica para a ampliação de capacidade da BR-101/SC, na região do Morro dos Cavalos, seria priorizada e inserida na proposta de otimização contratual da Concessionária Arteris Litoral Sul, atualmente em análise no Tribunal de Contas da União desde 25/04/25.

5. No contexto das discussões em andamento relativas ao processo de otimização contratual Autopista Litoral Sul, conduzido pelo TCU, estão sendo avaliadas opções técnicas viáveis do ponto de vista de engenharia, ambiental e financeira para a solução do referido trecho.

6. Com relação aos esclarecimentos formulados, encaminha-se a Nota Informativa nº 32/2025/CGCR/DOUT-SNTR/SNTR, contendo manifestação da Secretaria Nacional de Transporte Rodoviário acerca da temática.

7. Por fim, ressalto que nossas equipes permanecem à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

Atenciosamente,

Anexos: I - Nota Informativa nº 32/2025/CGCR/DOUT-SNTR/SNTR (SEI nº 9647429)

JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS FILHO

Ministro de Estado dos Transportes



Documento assinado eletronicamente por **José Renan Vasconcelos Calheiros Filho**, Ministro de Estado dos Transportes, em 12/06/2025, às 16:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.transportes.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **9874968** e o código CRC **5F9CC8C7**.



Referência: Processo nº 50000.016875/2025-68



SEI nº 9874968

Esplanada dos Ministérios, Bloco R - 6º andar - Bairro Zona Cívica Administrativa
Brasília/DF, CEP 70044-902
Telefone: (61) 2029-7007 / 7051 - www.transportes.gov.br



MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA NACIONAL DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO
DEPARTAMENTO DE OUTORGAS RODOVIÁRIAS
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

Nota Informativa nº 32/2025/CGCR/DOUT-SNTR/SNTR

Brasília, 16 de abril de 2025

Referência: Processo nº 50000.016875/2025-68

Assunto: **Requerimento de Informação nº 1246/2025, de autoria da Deputada Federal Daniela Reinehr**

I. RELATÓRIO

1. Trata-se de atendimento à solicitação contida no Ofício nº 670/2025/ASPAR/GM (SEI nº 9633350), de 15 de abril de 2025, por meio do qual a Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos (ASPAR) encaminhou, para análise e manifestação, o Requerimento de Informação nº 1246/2025 (SEI nº 9633334), de autoria da Deputada Federal Daniela Reinehr (PL/SC), que requer informações detalhadas acerca da situação da proposta de repactuação contratual da BR-101/SC, com especial atenção ao trecho do Morro dos Cavalos, no município de Palhoça/SC.

2. Em seu Requerimento, a Deputada requer *"que seja solicitado ao Ministério dos Transportes informações detalhadas acerca da situação da proposta de repactuação contratual da BR-101/SC, com especial atenção ao trecho do Morro dos Cavalos, no município de Palhoça/SC: Considerando que a proposta é fundamental para garantir maior segurança viária, fluidez no tráfego e viabilidade de obras estruturantes como a construção de túneis, solicito esclarecimentos sobre os seguintes pontos"*:

1. A proposta de repactuação contratual da BR-101/SC já foi formalmente encaminhada ao Tribunal de Contas da União (TCU)?
2. Em caso negativo, quais são os motivos da não remessa até a presente data?
3. Existe um cronograma definido para o envio da proposta ao TCU?
4. Quais obras e melhorias estão previstas especificamente para o trecho do Morro dos Cavalos dentro da proposta de repactuação?
5. Há previsão de audiências públicas, consultas à sociedade ou estudos complementares em andamento sobre o tema?

3. Desta forma, objetiva-se com a presente Nota Informativa conceder as respostas aos questionamentos suscitados pela parlamentar.

II. FUNDAMENTAÇÃO

4. A Portaria MT nº 848, de 25 de agosto de 2023, publicada no DOU em 28/08/2023, estabelece diretrizes e procedimentos para a readaptação e otimização dos contratos de concessão da infraestrutura de transporte rodoviário federal. Essa medida visa modernizar contratos de concessão rodoviária considerados ineficientes, promovendo a retomada de investimentos e a melhoria dos serviços prestados nas rodovias concedidas.

5. Dentre os Objetivos Principais almejados pela portaria, pode-se destacar:

- Defesa do interesse público.
- Viabilidade técnica, econômica e jurídica dos contratos.
- Execução, em curto prazo, de investimentos que garantam a trafegabilidade e a segurança nas rodovias.
- Modicidade tarifária, assegurando tarifas justas aos usuários.

6. As Principais Diretrizes estabelecidas pela portaria são:

- Apresentação de estudos que demonstrem a vantajosidade da celebração de termos aditivos para readequação e otimização dos contratos.
- Atualização dos contratos conforme a política pública vigente.
- Renúncia de todos os processos judiciais, administrativos e arbitrais existentes.
- Início imediato da execução de obras, preferencialmente de ampliação de capacidade e segurança viária.
- Antecipação do cronograma de execução de obras.
- Previsão de ciclos de execução de obras de manutenção e restauração de pavimento e sinalização em todo o trecho, restabelecendo as condições mínimas de segurança e tráfegabilidade no primeiro ano do termo aditivo.
- Tarifa de pedágio menor que as previstas nos estudos em andamento ou da média dos estudos já levados à audiência pública.
- Previsão de mecanismo de reclassificação tarifária vinculada à execução de obras.
- Possibilidade de prorrogação contratual de, no máximo, quinze anos.
- Acompanhamento e fiscalização diferenciados, com verificadores independentes para auditoria de tráfego e receita, avaliação do atendimento aos parâmetros de desempenho e avaliação técnica das obras em execução.

7. Essa política pública foi construída em conjunto pelo Ministério dos Transportes, Tribunal de Contas da União (TCU), Advocacia-Geral da União (AGU), Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), concessionárias e Infra S.A. Ela busca promover a viabilidade de longo prazo das concessões, garantindo a continuidade dos serviços e fomentando a retomada dos investimentos na infraestrutura viária.

8. Assim, a Concessionária Litoral Sul aderiu a esta política pública e seu processo de otimização contratual encontra-se tramitando de maneira sigilosa dentro do Ministério dos Transportes e da ANTT, tendo em vista as informações sensíveis de planejamento financeiro e operacional da concessionária em análise.

9. Desta forma, apresenta-se a resposta do Requerimento de Informação nº 1246/2025 (SEI nº 9633334), de autoria da Deputada Federal Daniela Reinehr (PL/SC), conforme apresentado a seguir.

1. A proposta de repactuação contratual da BR-101/SC já foi formalmente encaminhada ao Tribunal de Contas da União (TCU)?

RESPOSTA: A responsabilidade pelo protocolo da proposta de otimização contratual no TCU é da ANTT. Em 17 de abril de 2025, por meio da Deliberação nº 139/2025, a Diretoria colegiada deliberou por encaminhar a solução consensual do contrato de concessão da Arteris Autopista Litoral Sul S.A, sendo protocolado no TCU no dia 25 de abril de 2025.

2. Em caso negativo, quais são os motivos da não remessa até a presente data?

RESPOSTA: Respondido no item 1.

3. Existe um cronograma definido para o envio da proposta ao TCU?

RESPOSTA: Respondido no item 1.

4. Quais obras e melhorias estão previstas especificamente para o trecho do Morro dos Cavalos dentro da proposta de repactuação?

RESPOSTA: No âmbito das discussões a serem realizadas no âmbito do processo de otimização contratual

da Concessionária Autopista Litoral Sul no TCU serão avaliadas junto com a concessionária as opções técnicas viáveis do ponto de vista de engenharia, ambiental e financeira para a solução do referido trecho.

5. Há previsão de audiências públicas, consultas à sociedade ou estudos complementares em andamento sobre o tema?

RESPOSTA: Em todos os processos de otimização em análise, caso se atinja um acordo consensual no TCU, serão objetos de consultas públicas para apresentação da proposta de otimização contratual à sociedade e consequente coleta de sugestões pelos interessados e atingidos.

III. CONCLUSÃO

10. Sendo estas as informações disponíveis a serem apresentadas em resposta ao Requerimento de Informação nº 1246/2025 (SEI nº 9633334), de autoria da Deputada Federal Daniela Reinehr (PL/SC), sugere-se o encaminhamento para a SNTR subsidiar a ASPAR com a resposta à demanda.

À consideração superior.

(assinado eletronicamente)

ANDERSON SANTOS BELLAS
Coordenador-Geral de Concessões Rodoviárias

De acordo. Destine o presente à SNTR, para as providências cabíveis.

(assinado eletronicamente)

FERNANDA DE GODOY PENTEADO
Diretora do Departamento de Outorgas Rodoviárias



Documento assinado eletronicamente por **Anderson Santos Bellas, Coordenador-Geral**, em 06/05/2025, às 11:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda de Godoy Penteado, Diretor de Outorgas Rodoviárias**, em 06/05/2025, às 14:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.transportes.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **9647429** e o código CRC **D8F56928**.



Referência: Processo nº 50000.016875/2025-68



SEI nº 9647429

Esplanada dos Ministérios, Bloco R - Bairro Zona Cívico Administrativa
Brasília/DF, CEP 70044-902
Telefone: 61 2029-7693 - www.transportes.gov.br